



## CONHECIMENTOS GERAIS

### ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, ESPORTIVOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, SANTA CATARINA E BRASIL

**Questão 01) TEXTO** A alfabetização significa não apenas as competências e habilidades da leitura, escrita e cálculos matemáticos, mas, também, avançar nas dimensões sociais, econômicas, políticas do país e seus impactos, de modo a combater a exclusão social, econômica e cultural dos sujeitos que necessitam trabalhar, e deixam os estudos de lado pela sua sobrevivência.

Fonte: <https://blog.wyden.com.br/noticias/pesquisa-do-ibge-aponta-que-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos/>

Sobre o texto acima, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A alfabetização, destina-se a apropriação de uma série de competências e habilidades voltadas para combater apenas a exclusão cultural.
- B** ⇒ A alfabetização se limita apenas ao ato de ler e escrever.
- C** ⇒ O ato de alfabetizar, tem uma complexidade que vai além das habilidades de leitura e escrita, alcançando uma dimensão social, política e econômica.
- D** ⇒ Alfabetizar a população, é um meio de garantir a sobrevivência dos cidadãos que vivem em uma determinada nação.

---

**Questão 02) TEXTO** A lei do homeschooling foi aprovada na Assembleia Legislativa do estado no dia 28 de outubro. O texto do deputado Bruno Souza (Novo) regulamenta a prática no estado e, na tarde de quarta-feira (3), foi assinado pelo governador. A partir de 2022, famílias adeptas da modalidade devem seguir a regulamentação estabelecida no texto. A educação domiciliar é o método de ensino em que os pais ou tutores especializados guiam a educação dos filhos em casa. A lei que regulamenta a prática no estado exige que os pais ou tutores demonstrem aptidão técnica para o desenvolvimento das atividades pedagógicas ou contratem profissionais capacitados, de acordo com as normas do governo estadual.

Fonte: <https://noticias.r7.com/educacao/homeschooling-e-lei-em-santa-catarina-e-passa-a-valer-em-2022-04112021>

Sobre o texto acima, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A educação domiciliar, poderá ser feita somente pelos pais, sendo proibido a contratação de um profissional capacitado.
- B** ⇒ Para desenvolver a educação domiciliar, os pais ou tutores deverão demonstrar aptidão técnica para desenvolverem as atividades pedagógicas ou contratarem profissionais capacitados.
- C** ⇒ O governo estadual não terá qualquer normatização sobre a educação domiciliar, a fiscalização será feita somente pelo governo federal.
- D** ⇒ A educação domiciliar será revesada com a frequência dos alunos em ambiente escolar duas vezes por semana.

---

**Questão 03)** Acerca do processo de vacinação da COVID-19 no Brasil, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O Brasil tem um calendário de vacinação eficiente, no entanto, atrasos na compra de insumos e vacinas, causaram atrasos no calendário de vacinação, além de críticas e dúvidas sobre eficácia das vacinas.
- B** ⇒ A vacinação ocorreu de maneira tranquila e de forma rápida, tornando o Brasil um dos países que mais rápido vacinou sua população.
- C** ⇒ Apesar de alguns atrasos, o processo de vacinação da COVID-19 no Brasil, não apresentou contratemplos.
- D** ⇒ O Brasil foi um dos poucos países em que as vacinas, não foram questionadas, apesar de algumas manifestações negacionistas.

Questão 04) Leia os dois textos a seguir:

TEXTO I



Disponível em: <http://www.ufrgs.br/revistabemlegal/edicao-2018-1/significando-consumo-e-consumismo-nas-aulas-de-portugues-leitura-e-reflexao-linguistica-a-partir-de-tirinhas>. Acessado em 15/11/21

TEXTO II:

Febre de liquidação

Passo em frente da vitrine. Observo um paletó quadriculado, uma calça preta e duas camisas polo, devidamente acompanhados de um cartaz discreto anunciando a “remarcação”. Fujo apressadamente pelos labirintos do shopping.

Tarde demais, fui fisgado. Mal atinjo as escadas rolantes, inicio o caminho de volta. O coração badala como um sino. A respiração ofegante. São os primeiros sintomas da febre por liquidação, que me ataca cada vez que vejo uma vitrine com promessas sedutoras.

Atravesso as portas da loja, farejo em torno, com o mesmo entusiasmo de um leão vendo criancinhas em um safári. No primeiro momento, tenho a impressão de que entrei numa estação de metrô. A febre já atingiu a multidão. Os vendedores, cercados, parecem astros da Globo envoltos pelos fãs. Dou duas cotoveladas em um dos rapazes com ar de executivos e peço o tal paletó. O funcionário explica que só tem determinado número. Minto:

— Acho que é o meu.

Ele me observa, incrédulo. É dois algarismos menor, mas quem sabe? Acho que emagreci 100 gramas na última semana. Experimento. Não fecha. Respiro fundo e abotoo. Assim devem ter se sentido as mulheres com espartilho. Gemo, quase sem voz:

— Está um pouquinho apertado.

— É o maior que temos — diz, cruel.

Decido. Vou levar, apesar da barriga encolhida. O vendedor arregala os olhos. Explico:

— Estou fazendo regime. No ano que vem vai caber direitinho.

De qualquer maneira, só poderia usá-lo no próximo inverno. É de lã pesada, e está fazendo o maior calor. Só de experimentar fiquei suando. Aproveito e levo duas calças, também de lã. O vendedor me oferece o pretexto:

- Esta lã é fininha, esquenta no inverno e refresca no verão.

Sei que nem traje de astronauta é assim, mas deixo alegremente que ele me engane. Pego numa blusa de lã preta que está sobre o balcão. Uma senhora vira-se raivosa e a puxa pelas mangas:

- É minha, já reservei.

Até minhas mãos estão gotejando, mas insisto:

- Tem certeza?

Ela apanha a blusa e guarda-a embaixo do braço. Deixo a loja exultante, com um belíssimo guarda-roupa de inverno nas sacolas, e vou tomar um sorvete.

Tenho amigas que só se vestem em liquidação. Especializam-se em comprar roupa de inverno no verão e vice-versa. O duro é que algumas gostam da vanguarda, e, como se sabe, a ponta da moda de hoje é a cafonice de amanhã. Uma conhecida minha, por exemplo, bota roupa verde-alface quando a moda ordena cor-de-rosa. No ano seguinte, ressurgem *pink* quando todo mundo está de preto. Outras, mais espertas, só compram mesmo roupa negra. O.K., os papas da costura vivem aconselhando o preto como cor eterna das elegantes etc, etc. Mas bem que ajuda quem só compra em liquidação.

Mais grave é quando a febre nos atinge numa oferta de sapatos. Certo vez, vi um adolescente se sacrificar pelo preço, ajudado pela mãe. Sem número nas prateleiras, o vendedor gorjeou:

- Experimente um menor, a fôrma é grande.

A mãe concordou. O rapaz saiu da loja com os sapatos nos pés, pulando como um saci. O pior é que sinto remorso cada vez que a febre me ataca. Acabo gastando mais do que se tivesse levado apenas uma peça que pudesse usar imediatamente. Concordo que fui precipitado em comprar uma roupa para quando estiver magro, só para aproveitar o preço. Meu regime dura oito anos, sem resultados visíveis.

Desabafo com uma amiga naturalista, que vive apregoando um modo de vida mais simples, sem muitas posses. Ela me aconselha:

- Não compre mais nada. Resista. Aprendi muito quando passei a viver apenas com o necessário.

Revela, com ar culpado:

— Sabe, na minha fase consumista, juntei roupa para 150 anos.

Sorrio, solidário. Ela pergunta, por mera curiosidade, os preços da loja. Também pede o endereço. Mais tarde a descubro no shopping, mergulhada na arara das blusas de lã. Febre de liquidação é pior que gripe, dá até recaída. Com um detalhe: a gente gasta, gasta, e ainda acha que levou vantagem.

CARRASCO, W. O golpe do aniversariante e outras crônicas. In: Para Gostar de Ler. São Paulo: Ática, 2005. v.20, p. 60-63

Observando os dois textos, pode-se **afirmar** que:

- I** Ambos os textos refletem sobre como as pessoas são influenciadas pelo que leem e ouvem.
- II** O texto II traz como tema o consumo exagerado, apresentando situações incomuns em que as pessoas comprem aquilo de que não precisam no momento.
- III** No texto II, as falas dos vendedores são persuasivas.
- IV** No texto I, o fato de a mídia não saber quem somos facilita o consumo exagerado.
- V** As situações descritas no texto II afirmam que comprar em liquidação é vantagem.

Estão **corretas** as alternativas:

- A** ⇒ I e III somente.
- B** ⇒ I, II e III somente.
- C** ⇒ I, II e IV somente.
- D** ⇒ II, III, IV e V somente.

---

**Questão 05)** Leia a crônica a seguir e responda ao que se pede:

Texto:

### **Vista Cansada – Otto Lara Resende**

Acho que foi o Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Pela última ou pela primeira vez? Pela primeira vez foi outro escritor quem disse. Essa ideia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que o Hemingway tenha acabado como acabou.

Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não-vendo. Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.

Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo hall do prédio do seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer.

Como era ele? Sua cara? Sua voz? Como se vestia? Não fazia a mínima ideia. Em 32 anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer. Se um dia no seu lugar estivesse uma girafa, cumprindo o rito, pode ser também que ninguém desse por sua ausência. O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos.

Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de fato, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia a dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.

Disponível em: <https://armazemdetexto.blogspot.com/2018/11/cronica-vista-cansada-otto-lara-resende.html>. Acessado em 15/11/21

De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar:

- I O autor do texto não concorda que se deva olhar as coisas como se fosse pela última vez, pois lhe soa deprimente.
- II A consequência desse nosso olhar cansado para as coisas e pessoas que nos cercam é a indiferença.
- III A causa desse nosso olhar para as coisas e pessoas que nos cercam é a indiferença.
- IV “O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem”, por isso que devemos ver tudo como se fosse a última vez.
- V “Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos.” Em sintonia com o texto, somente o poeta é capaz de ver o que há para ver.

É correto o que se **afirma** em:

**A** ⇒ III, IV e V somente

**B** ⇒ I, II e V somente.

**C** ⇒ I e III somente.

**D** ⇒ I e II somente.

**Questão 06)** Observe a tirinha de Quino a seguir:



Disponível em: <https://catracalivre.com.br/entretenimento/10-tirinhas-da-mafalda-que-se-levadas-a-serio-mudariam-o-mundo/>. Acessado em 17/11/21

Pode-se **afirmar** que o texto propõe reflexão sobre:

**A** ⇒ A importância do diálogo para a vida em sociedade.

**B** ⇒ A quantidade de informações que recebemos diariamente.

**C** ⇒ A influência da mídia na sociedade.

**D** ⇒ A importância das notícias veiculadas diariamente.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

**Questão 07)** Considerando que uma pessoa necessita, em média, de 120 litros de água por dia para atender suas necessidades de consumo e higiene, pode-se afirmar que um reservatório de 378 mil litros é suficiente para garantir, por um período de 10 dias, as necessidades diárias de uma quantidade de pessoas igual a:

**A** ⇒ 315.

**B** ⇒ 405.

**C** ⇒ 450.

**D** ⇒ 535.

**Questão 08)** Para realizar uma manutenção, estava previsto que 20 homens, de igual capacidade de trabalho, trabalhando 6 horas por dia, terminariam o serviço em 12 dias. Porém, ao final do terceiro dia de trabalho, percebeu-se que apenas 20% da obra havia sido concluída. Mantendo esse ritmo de trabalho e visando terminar a obra no prazo previsto, o tempo diário de trabalho de cada um dos homens, em horas, foi ampliado em:

**A** ⇒ 3.

**B** ⇒ 1.

**C** ⇒ 4.

**D** ⇒ 2.

**Questão 09)** Uma comissão de 4 pessoas será formada para representar um setor, no qual trabalham 4 homens e 6 mulheres. Se nessa comissão deve haver pelo menos uma mulher, quantas comissões diferentes podem ser formadas com as pessoas que trabalham nesse setor:

**A** ⇒ 209.

**B** ⇒ 360.

**C** ⇒ 480.

**D** ⇒ 144

**Questão 10)** Um equipamento para melhorar os processos de tratamento de efluentes foi solicitado pela equipe de engenharia. Como entre a solicitação e a efetiva compra se passaram 3 meses, o valor inicialmente orçado para o equipamento teve variações. No primeiro mês houve um aumento de 10% sobre o valor inicial; no segundo mês houve um aumento de 6% sobre o valor do mês anterior e, no terceiro mês, o aumento foi de 4% sobre o valor do mês anterior. Sabendo que o valor inicial orçado era de R\$ 80 mil reais, pode-se afirmar que o valor adicional pago, em relação ao orçamento inicial, foi, em reais, de:

**A** ⇒ 19.402,24.

**B** ⇒ 16.000,00.

**C** ⇒ 17.011,20.

**D** ⇒ 18.000,00.

**Questão 11)** Nas instruções de utilização de um determinado desinfetante líquido, orienta-se utilizar 2 litros de água para cada 0,25 litro do desinfetante. Mantendo a razão entre a quantidade de água e de desinfetante, para produzir 9 litros dessa mistura (água + desinfetante), a quantidade de desinfetante necessária será, em litros, de:

**A** ⇒ 2,25.

**B** ⇒ 1,50.

**C** ⇒ 1,12.

**D** ⇒ 1,00.

## LEGISLAÇÃO

**Questão 12)** Sobre o SEMASA, à luz de sua lei municipal de criação, assinale a alternativa **incorreta**:

**A** ⇒ Possui autorização para faturar o fornecimento de água não apenas à cidade de Itajaí, mas também a outros municípios de Santa Catarina e até do Brasil, inclusive podendo firmar convênios para este fim, bem como efetuar o pagamento face a fornecimento de água por outros municípios brasileiros.

**B** ⇒ Havendo disponibilidade financeira de recursos próprios, em casos de urgência e relevante interesse social, fica o SEMASA autorizado a realizar, diretamente ou mediante dispensa de licitação, obras essenciais de infraestrutura e de drenagem no âmbito territorial do município de Itajaí.

**C** ⇒ A classificação dos serviços de água e esgoto, as tarifas e taxas respectivas, aí incluídas as condições para a sua concessão, serão estabelecidas em ato administrativo editado pelo Diretor Geral do SEMASA.

**D** ⇒ As tarifas dos serviços de água prestados pela autarquia e os critérios para o reajuste das mesmas não exigem fixação por lei, podendo ser fixadas por Decreto, mediante justificativa a ser encaminhada pelo Diretor Geral do SEMASA ao Prefeito Municipal, e acompanhada obrigatoriamente de demonstrativo de sua composição, devendo assegurar o pagamento dos custos e dos serviços, o ressarcimento dos investimentos e das depreciações, dentre outras exigências estabelecidas em sua lei de criação.

**Questão 13)** Acerca da Taxa de Esgotos Sanitários (TES) e demais disposições da Lei Municipal nº 6.233/2012, assinale a alternativa **correta**:

- A** ⇒ Possuindo natureza jurídica tributária, seu fato gerador consiste no serviço de coleta, armazenamento, distribuição, transporte e tratamento de esgotos sanitários executados pelo SEMASA.
- B** ⇒ O SEMASA possui autorização legislativa para outorgar o serviço de esgotamento sanitário mediante licitação, entendendo-se no conceito de esgotamento sanitário o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento dos esgotos sanitários e disposição adequada dos efluentes e resíduos resultantes, desde as ligações prediais até, inclusive, o seu lançamento final.
- C** ⇒ Não sendo o imóvel abastecido, total ou parcialmente, pelo sistema público de abastecimento de água, o consumo, para fins do cálculo da TES, será apurado, por ordem de preferência, pelo número de economias do imóvel e através da fixação com base na quantidade de pontos de consumo de água existentes no imóvel situados após o cavalete, inclusive.
- D** ⇒ A TES será apurada com base no consumo de água do mesmo contribuinte, pela alíquota de 80% (oitenta por cento) do valor correspondente à tarifa de água no mês imediatamente anterior ao da cobrança.
- 

**Questão 14)** A teor da Lei Complementar Municipal nº 367/2019, que dispõe sobre a estrutura administrativa do SEMASA, assinale a alternativa **incorreta**:

- A** ⇒ Dentre outras atribuições, compete à Gerência Contábil-Financeira, estrutura ligada à Diretoria Administrativa-Financeira (DAF), prestar contas da gestão financeira, orçamentária e demais obrigações legais do SEMASA.
- B** ⇒ Os cargos de Diretor Geral, Diretor de Relacionamento ao Cliente, Diretor de Saneamento, Diretor Administrativo Financeiro, Assessor Jurídico, Assessor Ambiental, Assessor de Governança, Assessor de Comunicação e Assessor Executivo do Diretor Geral, caracterizam-se como cargos demissíveis *ad nutum*, ou seja / em outras palavras, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.
- C** ⇒ O Assessor Executivo DG, o Assessor de Gestão Ambiental, o Assessor de Comunicação, o Assessor de Governança, bem como os Assessores Executivos, possuem inclusive a prerrogativa de exercer atribuições de caráter governamental, mas desde que determinadas pelos superiores hierárquicos.
- D** ⇒ Sua Diretoria Geral, a quem compete, dentre outras atribuições, assessorar o Prefeito Municipal em assuntos do SEMASA, é constituída unicamente apenas pelas seguintes unidades subordinadas: Assessoria Executiva do Diretor Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Governança, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Gestão Ambiental.
- 

**Questão 15)** Acerca do Regulamento do SEMASA quanto ao serviço de abastecimento de água, a teor do Decreto Municipal nº 11.304/2018, assinale a alternativa **correta**:

- A** ⇒ Para fins da ligação de água, considera-se cliente do SEMASA o possuidor direto ou indireto titular, ainda que a título precário, do domínio útil ou do direito de posse, e proprietário o titular do direito de propriedade legal.
- B** ⇒ Os ramais prediais de água, estes compreendidos como sendo a canalização entre a rede pública de abastecimento de água, excepcionado o cavalete, serão instalados pelo SEMASA e integram seu patrimônio, sendo a manutenção e assistência técnica aos ramais prediais de água sendo de competência exclusiva do SEMASA.
- C** ⇒ O abastecimento de água do imóvel deverá ser feito exclusivamente por um único ramal, este obrigatoriamente derivado da rede já existente na rua ou passeio, mesmo abrangendo economias com categorias ou tarifas diferentes, considerando-se como imóvel, para este fim, inclusive os terrenos baldios ou a edificação com separação física, entrada individualizada e reservação própria.
- D** ⇒ As obras de ampliação ou extensão das redes de distribuição de água deverão sofrer análise de viabilidade técnica, econômica, financeira e social por parte do SEMASA para sua execução, excepcionadas apenas aquelas de notória e comprovada utilidade pública.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 16)** Acerca da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- B** ⇒ Exceto o Distrito Federal, por sua configuração constitucional diferenciada, as administrações tributárias da União, dos Estados e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por cargos de provimento em comissão, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei jamais se admitindo o convênio tendo em conta a legalidade estrita.
- C** ⇒ A regra constitucional de proibição de acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- D** ⇒ Decreto regulamentará as formas de participação do usuário na Administração Pública Indireta, normatizando, entre outros assuntos, o acesso dos usuários a registros administrativos. Idêntica participação não se viabiliza na Administração Direta diante da sensibilidade dos dados e informações armazenadas.
- 

**Questão 17)** Acerca da Administração Pública e seus Princípios respectivos, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Por continuidade dos serviços públicos entende-se o princípio que veda a paralisação das comodidades públicas entregues à sociedade. Eis o motivo pelo qual a Constituição veda a greve de servidores públicos civis e, após o exercício do Poder Constituinte Reformador vedou também a associação sindical. Tudo a garantir a continuidade e outro princípio de envergadura constitucional, qual seja: o da eficiência.
- B** ⇒ A Administração Pública brasileira tem a faculdade de revogar os atos administrativos eivados com vícios de ilegalidade, eis o conceito de autotutela administrativa que é sinônimo de autoexecutoriedade. Eis o motivo pelo qual o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- C** ⇒ O princípio da confiança legítima se traduz na proteção de posições jurídicas relevantes daqueles que de boa-fé esperam o cumprimento de promessas e atos do Poder Público. Ele se traduz na faceta objetiva do princípio da segurança jurídica. Eis o motivo pelo qual as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D** ⇒ Por força da Constituição a Administração Pública está jungida a diversos princípios normativos. O princípio da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da CRFB/88, pode se desdobrar em: supremacia da Lei e reserva da Lei. Pelo primeiro a Lei tem preferência sobre os atos da Administração Pública. Já pelo segundo entende-se que determinadas matérias exigem lei em sentido estrito para sua realização e não admitem qualquer outro ato normativo. Eis o motivo pelo qual os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- 

**Questão 18)** Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é garantido constitucionalmente mediante o pagamento de taxas e emolumentos.
- B** ⇒ É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Segue daí que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, no entanto caso as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa poderá ter seus Direitos Políticos perdidos ou suspensos.

- C** ⇒ É assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. No entanto, para que se obtenha certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, exige-se o pagamento de taxas.
- D** ⇒ Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Segue daí que a lei considerará crimes inafiançáveis, também imprescritíveis, e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura e o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- 

**Questão 19)** Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- B** ⇒ Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- C** ⇒ Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte tendo em conta sua Soberania Estatal.
- D** ⇒ As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata e exigem, por regra de estabilidade, eficiência e segurança jurídica, outro momento legislativo para a sua concreção.
- 

**Questão 20)** Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A prática odiosa do racismo constitui crime inafiançável, mas prescritível, e determina ao sujeito ativo da conduta a imposição de pena de reclusão.
- B** ⇒ A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Eis a razão pela qual servidores ou empregados de Autarquias municipais podem, tendo em conta o Poder de Polícia, ingressar, sem ordem judicial, na casa de qualquer dos usuários dos serviços públicos, independentemente de qualquer fato jurídico.
- C** ⇒ Todos brasileiros têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sem exceção, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.
- D** ⇒ A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- 

**Questão 21)** Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É livre a associação profissional ou sindical. O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, mas não o de ser votado.
- B** ⇒ É, entre outros, direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- C** ⇒ Nas empresas de mais de 50 empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento indireto com os empregadores, exercitado unicamente por intermédio dos sindicatos.
- D** ⇒ É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato. Este dispositivo é aplicável ainda que este cometa falta grave. Trata-se, portanto, de garantia social que evita as perseguições dos empregados.

**Questão 22)** Acerca do Pacto Federativo, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O STF posiciona-se como guardião da CRFB/88 e, portanto, do pacto federativo, razão por que não detém competência recursal extraordinária.
  - B** ⇒ A CRFB/88 promove a centralização de poder e veda a autonomia dos entes federativos.
  - C** ⇒ Consagrado está no sistema brasileiro o direito de secessão.
  - D** ⇒ A repartição de competências tem por escopo garantir a autonomia e o equilíbrio entre as entidades da federação.
- 

**Questão 23)** Acerca dos Princípios Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O sistema de governo brasileiro é o presidencialista.
  - B** ⇒ A forma de Estado brasileira é a Republicana.
  - C** ⇒ A forma de Governo brasileira é a Federativa.
  - D** ⇒ A República Federativa do Brasil é forma por entes estatais que são dissolúveis.
- 

**Questão 24)** Acerca dos Servidores Públicos, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio Estatutário de Previdência Social.
  - B** ⇒ O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, entre outros, no âmbito da União, aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 62 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo
  - C** ⇒ A lei poderá estabelecer contagem de tempo de contribuição fictício para fins de concreção do princípio da isonomia.
  - D** ⇒ O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- 

**Questão 25)** Acerca dos Servidores Públicos, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Tendo em conta a edição de Lei Complementar da União já se admite, na prática, no ordenamento brasileiro, a perda de cargo público federal mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, desde que assegurada ampla defesa.
- B** ⇒ O direito brasileiro não admite a perda do cargo público por servidores estáveis, exceto no caso de sentença judicial transitada em julgado, que se amolda a única hipótese, uma vez que advinda do Poder Judiciário.
- C** ⇒ O servidor estável que perder o cargo público tendo em conta as despesas com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ter excedido os limites estabelecidos em Lei Complementar, receberá indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- D** ⇒ Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo, mas não posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço por força do princípio da verdade real e da eficiência constitucional.

**Questão 26)** Acerca do Poder de Polícia, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É vedado às guardas municipais ante a manifesta inconstitucionalidade o exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
  - B** ⇒ É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
  - C** ⇒ É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, ainda que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.
  - D** ⇒ A Administração Pública não possui interesse de agir para tutelar em juízo atos em que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia.
- 

**Questão 27)** Acerca dos Serviços Públicos, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório, por configurar abuso de direito e ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo cabível a indenização ao consumidor por danos morais.
  - B** ⇒ É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente o usuário, desde que precedido de notificação, ainda quando puder afetar o direito à saúde e à integridade física daquele, uma vez que se trata de receita pública indisponível.
  - C** ⇒ É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que precedido de notificação, ainda que a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.
  - D** ⇒ É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza pessoal da dívida.
- 

**Questão 28)** Acerca do regime de Concessão e Permissão de Serviços Públicos, previsto na Lei 8.987/95, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ No caso de declaração da caducidade da concessão a inadimplência da concessionária é presumida, sendo mitigado o contraditório, com fundamento na proteção ao princípio da continuidade do serviço público.
  - B** ⇒ Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sendo que a fiscalização exercida pelo órgão competente é causa excludente e, ainda, atenuante da responsabilidade.
  - C** ⇒ Não se admite, conforme a Lei de regência, a subconcessão, ainda que expressamente autorizada pelo poder concedente.
  - D** ⇒ As tarifas de determinados serviços públicos poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- 

**Questão 29)** Acerca da temática Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Não se admite, em sede de ação de improbidade, a utilização de prova emprestada, colhida em eventual instrução de ação penal, ainda que observado o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os elementos de convicção da persecução penal tem fim específico e não se confundem com a demanda sancionatória administrativa por improbidade.
- B** ⇒ A ação de improbidade administrativa ajuizada contra Secretário Estadual do Meio Ambiente deverá tramitar na Segunda Instância do Poder Judiciário tendo em conta a previsão de foro por prerrogativa de função.
- C** ⇒ É possível cumular o sancionamento de agentes políticos municipais com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) e no Decreto-lei n. 201/67 que trata da responsabilização por infração político-administrativa.

**D** ⇒ Ao aplicar as sanções previstas na Lei de Improbidade, o Magistrado se encontra obrigado, por força do princípio da correlação, a cumular todas as penas cominadas na norma.

---

**Questão 30)** Acerca da Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico, assinale a alternativa **correta**.

**A** ⇒ A desapropriação indireta justifica-se pelo interesse público em concreto, traduz-se em apropriação do Poder Público ao bem do particular e não obedece a procedimento administrativo prévio.

**B** ⇒ As limitações administrativas se justificam pelo interesse público concreto e geram, por regra, direito à indenização, e, só podem ser instituídas por ato administrativo.

**C** ⇒ O tombamento, não obstante preservar a memória identitária das cidades, gera direito à indenização ainda que ocorra em menor extensão em desfavor do proprietário e é instituído apenas por Lei Complementar municipal tendo em conta a limitação do uso da propriedade.

**D** ⇒ Institui-se a ocupação temporária por ato administrativo e aquele que suporta a intervenção possui o direito de ser indenizado, independentemente, de prova de qualquer prejuízo material, e isto, previamente como forma de o ato se revestir de segurança jurídica.

---

**Questão 31)** Acerca da Lei 8.666/93, assinale a alternativa **correta**.

**A** ⇒ A multa aplicada, em sede de inexecução contratual, mesmo quando superior ao valor da garantia prestada não gera para o contratado desconto de sua diferença ou mesmo desconto dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**B** ⇒ Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de dois anos.

**C** ⇒ A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos, gera efeitos para o contratado apenas em relação ao ente sancionador.

**D** ⇒ A advertência é penalidade cumulável com a multa. Esta não pode ser cumulada com as demais sanções previstas na norma. A inidoneidade é aplicável apenas pelo Diretor Jurídico do órgão público licitante, facultado o pedido de reconsideração pelo prazo de 10 dias, a contar da publicação no diário oficial.

---

**Questão 32)** Acerca da Lei 8.666/93, assinale a alternativa **correta**.

**A** ⇒ É motivo para a rescisão do contrato a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa dias) dias, salvo apenas em caso de calamidade pública, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

**B** ⇒ A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

**C** ⇒ O contratado, na execução do contrato, não poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.

**D** ⇒ É legal que a Administração Pública, dentro do regime da exorbitância, obrigue o contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 35% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 60% para os seus acréscimos e supressões.

**Questão 33)** Acerca da Lei 14.133/21 e da Lei Complementar 123/06, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ As licitações serão realizadas obrigatoriamente sob a forma eletrônica, não se admitindo a utilização da forma presencial.
  - B** ⇒ Para a Nova Lei de Licitações as obras, os serviços e os fornecimentos de grande vulto são aqueles cujo valor estimado supera R\$ 100.000.000,00.
  - C** ⇒ O agente de contratação poderá ser auxiliado por equipe de apoio e a responsabilidade será entre todos repartida, mesmo que estes pratiquem atos que induzam aquele ao erro.
  - D** ⇒ A Lei 14.133/21 não admite a aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/06 no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 

**Questão 34)** Acerca da Lei 14.133/21, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental, mas não a avaliação de impacto de vizinhança.
  - B** ⇒ No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 30% de valoração para a proposta técnica.
  - C** ⇒ Na modalidade diálogo competitivo a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
  - D** ⇒ O princípio do parcelamento não se aplica as licitações de serviços, mesmo quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, mas apenas o princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho
- 

**Questão 35)** Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A caracterização da Responsabilidade Civil do Estado encontra-se fundada na previsibilidade e evitabilidade. Não responde, portanto, o Poder Público por eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas cujas consequências sejam inevitáveis.
  - B** ⇒ Houve tempo em que o Estado foi irresponsável em termos civis e reparação de danos, mas tão logo decidido pelo Conselho de Estado francês acerca do dever de indenizar reconheceu-se a Teoria Publicista da Responsabilidade estatal sem a investigação de culpa nos eventos reputados por ilícitos.
  - C** ⇒ A culpa concorrente, dentro de ideia de concorrência de causas, rompe o nexo causal e afasta a Responsabilidade Civil do Estado.
  - D** ⇒ Por regra, caracteriza-se a Responsabilidade Civil do Estado por atos multitudinários.
- 

**Questão 36)** Acerca do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Os Tribunais de Contas possuem como tarefas constitucionais primordiais a fiscalização contábil e financeira da Administração Pública, mas não a fiscalização orçamentária.
- B** ⇒ Os Tribunais de Contas podem emitir ordem de correção uma vez constatada uma irregularidade administrativa em determinado órgão público e, para tanto, podem fixar prazo para o seu atendimento, conforme a lei.
- C** ⇒ Dentro de sua competência de registro, cabe aos Tribunais de Contas apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, exceto as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- D** ⇒ Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela poderão dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

**Questão 37)** Acerca dos Processos Administrativos regulados pela Lei 9.784/99, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Aquelas pessoas cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão administrativa não poderão interpor recurso administrativo, mas apenas debater o ato administrativo na esfera judicial.
  - B** ⇒ Recurso hierárquico impróprio é aquele manejado para fora da entidade que prolatou a decisão vergastada.
  - C** ⇒ O encadeamento lógico dos atos processuais no âmbito administrativo, em não existindo disposição específica, deve se desenvolver, por regra, em dez dias, cada um deles, salvo regra expressa que diminua esse prazo, independentemente de justificativa.
  - D** ⇒ É constitucional a exigência de depósito prévio para a admissibilidade de determinados recursos administrativos, conforme o Supremo Tribunal Federal.
- 

**Questão 38)** Acerca dos Agentes Públicos, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Em um desastre ambiental, acaso os particulares, espontaneamente, auxiliem as forças do Corpo de Bombeiros Militares no resgate das vítimas, tem-se o instituto dos agentes de fato putativos.
  - B** ⇒ Compete à Justiça Comum Estadual o julgamento dos processos relativos à discussão do vínculo contratual dos empregos públicos.
  - C** ⇒ Agentes Públicos representam a expressão genérica que nomeia as diversas pessoas que exercem funções estatais em favor da Administração Pública. Dentro deste universo é possível, entre outros, classificar os cargos como isolados, ou seja: quando são, excepcionalmente, criados cargos únicos em uma determinada categoria de servidores públicos não se admitindo a progressão funcional.
  - D** ⇒ A contratação de temporários, no âmbito da Administração Pública, guarda fidelidade à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e admite que as pessoas sejam recrutadas para desempenharem funções burocráticas ordinárias e permanentes.
- 

**Questão 39)** Acerca dos atos administrativos em especial a discricionariedade, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A atividade administrativa configura-se com a subsunção dos fatos da vida cotidiana aos modelos legais. Por consequência, o Poder Legislativo é a *longa manus* do Poder Executivo, uma vez que aquele faz o que este determinou.
  - B** ⇒ A discricionariedade não decorre da hipótese da norma, vale dizer: do modo impreciso com que a lei descreveu uma realidade fática que deflagra o movimento da norma.
  - C** ⇒ O espaço de liberdade conferido ao Gestor Público para eleger um, em um campo de no mínimo dois comportamentos cabíveis, perante uma realidade concreta, com o objetivo de cumprir um dever constitucional ou legal, pode ser chamado de discricionariedade, não se submete ao princípio da razoabilidade.
  - D** ⇒ O particular pode fazer tudo o que não lhe é defeso por Lei, estando em vigor portanto o princípio geral de liberdade. A Administração só pode fazer o que lhe é permitido em Lei. Assim, o relacionamento entre o ser humano e a lei é de não contradição. Por sua vez, Administração e Lei relacionam-se não apenas na não contradição, mas também pela relação de subsunção.
- 

**Questão 40)** Acerca da Organização da Administração Pública e do Terceiro Setor, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Aplicam-se às Autarquias as prerrogativas especiais processuais, motivo pelo qual se enquadram no conceito de Fazenda Pública e, assim, detém prazo em dobro para todas suas manifestações processuais, assim como, regra geral, as sentenças contra elas proferidas submetem-se à sistemática do reexame necessário.

- B** ⇒ Podem ser enumeradas como características do Terceiro Setor: a) a criação pela iniciativa privada; b) não possuírem o lucro como objetivo; c) integrarem a Administração Indireta; e d) desempenham atividades privadas de relevo social.
- C** ⇒ No que concerne às Estatais tem-se que as sociedades de economia mista podem ser constituídas sob qualquer forma societária. Noutro sentido, as empresas públicas só podem ser constituídas na forma de uma sociedade anônima.
- D** ⇒ A Justiça Comum Estadual é competente para processar e julgar as demandas que envolvam as entidades do Terceiro Setor, exceção é feita àquelas que formalizam parcerias com a União ou quem receberam contribuições sociais federais. Neste caso a causa deverá ser dirigida à Justiça Comum Federal.
- 

**Questão 41)** Acerca da Lei Orgânica do Município de Itajaí, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É competência comum do Município de Itajaí com a União, mas não com o Estado de Santa Catarina, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.
- B** ⇒ Não compete ao Município de Itajaí manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental, porquanto trata-se de temática reservada exclusivamente ao Estado de Santa Catarina.
- C** ⇒ Entre os bens do Município de Itajaí pode-se listar o direito à participação no resultado de exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais do respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva pertencente a Itajaí.
- D** ⇒ É da competência exclusiva da Câmara Municipal de Itajaí tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de noventa dias de seu recebimento, observados, entre outros, o seguinte preceito: o parecer do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara.
- 

**Questão 42)** Acerca da Lei Orgânica do Município de Itajaí, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 10 de janeiro a 15 de dezembro.
- B** ⇒ Perderá o mandato o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, dirigente máximo de entidade da Administração Indireta do Município, abrangendo também Autarquias Municipais, Estaduais ou Federais, Fundação Pública de quaisquer dos níveis de governo e Secretário de Estado ou Ministro.
- C** ⇒ É da competência exclusiva da Câmara Municipal autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno e externo de qualquer natureza, de interesse do Município.
- D** ⇒ Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada, reconhecido o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.
- 

**Questão 43)** Acerca da Lei 3.863/03, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O SEMASA encaminhará, semestralmente, ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado de SC, cópia do relatório das suas atividades.
- B** ⇒ O SEMASA exercerá sua ação em todo o Município de Itajaí, competindo-lhe, com exclusividade coordenar o planejamento, controlar e gerenciar a execução e operação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, excetuado o serviço de coleta e tratamento de esgotos, cuja execução, tratamento, operação e manutenção serão contratados com terceiros, obedecendo a legislação de licitações e contratos, vedada a concessão de qualquer serviço atribuído ao SEMASA, sem que haja lei específica para tal finalidade.

- C** ⇒ Havendo disponibilidade financeira de recursos próprios ou ainda advindo de empréstimos e investimentos internacionais, fica o SEMASA autorizado a realizar, diretamente ou por inexigibilidade, obras de infraestrutura e de drenagem, no âmbito territorial do Município de Itajaí, inclusive, realizar empréstimo a Administração Direta municipal.
- D** ⇒ As tarifas dos serviços de água prestados pelo SEMASA e os critérios para o reajuste serão fixados por Decreto, mediante justificativa a ser encaminhada pelo do Diretor Geral do SEMASA ao Prefeito Municipal, acompanhada de demonstrativo de sua composição, devendo assegurar obrigatoriamente, entre outros, o ressarcimento dos investimentos e das depreciações.
- 

**Questão 44)** Acerca do Decreto 11.304/18, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O abastecimento de água do imóvel deverá ser feito por ramais duplos, derivado da rede existente na rua ou passeio, exceto os casos de economias com categorias ou tarifas diferentes em que o ramal será único.
- B** ⇒ Os serviços de abastecimento de água para o imóvel são de responsabilidade do SEMASA, excluído o cavalete.
- C** ⇒ Considera-se reativação o serviço de ligação de água onde já exista cadastro junto ao SEMASA e tenha sido alvo de desligamento, devendo-se aplicar as regras relativas a ligação antiga.
- D** ⇒ A ligação de água para suprimento de hidrantes na área interna do imóvel, por solicitação do Cliente, Corpo de Bombeiros ou guarnição credenciada, deverá ser feita através de um Ramal privativo, dotado de hidrômetro, mediante análise técnica do SEMASA.
- 

**Questão 45)** Acerca do Decreto 11.304/18, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ O dano ao hidrômetro em seu pino ou lacre de aferição será considerado como responsabilidade do cliente, salvo nos casos onde possa ter ocorrido o dano por ação do tempo, mediante análise do SEMASA.
- B** ⇒ A manutenção e assistência técnica aos ramais prediais de água são de competência do proprietário do imóvel.
- C** ⇒ Ao SEMASA é reservado o direito de cobrar do cliente todas as despesas decorrentes de furto e avaria do hidrômetro, provocada pelo mesmo, exceto terceiros.
- D** ⇒ Classificam-se como economias dos imóveis beneficiados com serviços de abastecimento de água para fins de cadastro, faturamento e comercialização, apenas residencial, comercial e industrial.
- 

**Questão 46)** Acerca do delito de peculato, previsto no art. 312 do CP, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É prescindível a relação de causa e efeito entre a posse e o cargo.
- B** ⇒ A posse da coisa pela Administração Pública não é pressuposto do crime.
- C** ⇒ Por regra é crime instantâneo, admite a tentativa em todas as espécies, exceto a forma culposa.
- D** ⇒ O proveito exigido pela norma penal é o material e não o moral.
- 

**Questão 47)** Acerca do delito de inserção de dados falsos em sistema de informações, também conhecido como peculato eletrônico, previsto no art. 313-A do CP, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ É crime de menor potencial ofensivo, portanto, aplicáveis os benefícios da Lei 9.099/95.
- B** ⇒ Trata-se de crime próprio ou especial, uma vez que somente pode ser praticado por funcionário autorizado, não sendo suficiente a condição de funcionário público.
- C** ⇒ Pelo fato de o tipo penal conter quatro núcleos caracteriza-se como tipo misto alternativo, mas não pode nominado como crime de ação múltipla e muito menos delito de conteúdo variado.
- D** ⇒ Por regra não admite tentativa, uma vez que é comissivo e instantâneo.

**Questão 48)** Acerca do crime de prevaricação, previsto no art. 319 do CP, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Responde por crime de desobediência, e não prevaricação, o funcionário público que recebe mandado judicial e não o cumpre, ainda que haja a finalidade específica de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
  - B** ⇒ Admite tentativa na modalidade omissiva e comissiva.
  - C** ⇒ Por ser crime grave, as sanções fixadas na norma penal vedam quaisquer benefícios processuais da Lei 9.099/95.
  - D** ⇒ Retardar é adiar a prática. É não realizar dentro do prazo que a Lei determina. Deixar de praticar é abster-se no que concerne à realização de um ato de ofício. Finalmente, a conduta comissiva é fazer. Portanto, agir e atuar. Estes são os núcleos do crime.
- 

**Questão 49)** Acerca do crime de tráfico de influência, previsto no art. 332 do CP, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ A ação penal neste caso é condicionada a representação e o objeto material pode ser de qualquer natureza, inclusive, moral ou sexual.
  - B** ⇒ Se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário, este responderá pelo crime de corrupção passiva.
  - C** ⇒ Na bazófia ilusória, o sujeito “A”, alegando ser amigo de um servidor público “X”, sem realmente sê-lo, solicita, exige ou cobra de “B” determinado numerário com o escopo de supostamente convencer aquele servidor a fazer ou deixar de fazer ato de sua competência.
  - D** ⇒ Trata-se de crime que se consuma com a obtenção do resultado.
- 

**Questão 50)** Acerca do crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do CP, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Diferencia-se da concussão na medida em que nesta há uma exigência ou uma determinação e no crime do art. 317 do CP um pedido.
- B** ⇒ Aplicável ao delito o princípio da insignificância, razão por que não são crimes pequenos presentes, valores, e benefícios solicitados por funcionários públicos.
- C** ⇒ Na corrupção passiva oferece-se a vantagem. Ao passo que na ativa solicita-se o benefício.
- D** ⇒ Os jurados de um determinado Tribunal do Júri, por serem juízes de fato, e não de Direito, não sofrem a incidência deste tipo pena sob hipótese alguma.